

Geração de Renda Informal e Desenvolvimento Econômico: Tecnologias Sociais como uma Alternativa à Precarização

Bianca Siqueira Martins Domingos¹

Rosinei Batista Ribeiro²

Resumo

Este ensaio teórico teve como fio condutor as discussões estabelecidas durante a disciplina de Tendências do Desenvolvimento em um Programa de Pós-Graduação interdisciplinar. O objetivo do texto é colocar as Tecnologias Sociais (TS) como uma forma de proporcionar alternativas a pequenos empreendimentos e trabalhadores que estão fora da lógica do mercado formal. O desenvolvimento e o processo das TS se dão de forma linear entre universidade e centros de pesquisa (ou pesquisadores) e o grupo ou empreendimento, desenhando alternativas voltadas a realidades e demandas específicas. Como plano de fundo, serão alinhavadas questões ligadas ao desenvolvimento e liberdades no âmbito do mercado e economia brasileira.

Palavras-chave: Economia informal; Tecnologias Sociais; Desenvolvimento

Abstract

This theoretical essay has as a conducting wire the discussions established during the course of Development Trends in an interdisciplinary Postgraduate Program. The purpose of the paper is to put Social Technologies (ST) as a way to provide alternatives to small businesses and workers who are outside the formal market logic. The development and the process of ST are given in a linear way between universities and research centers (or researchers) and the group or enterprise, designing alternatives facing the realities and specific demands. As background, will be tacked development issues and freedoms under the market and the brazilian economy.

Key Words: *Informal economy; Social technologies; Development.*

1 Mestre em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade pela Universidade Federal de Itajubá - UNIFEI. Professora Assistente nas Faculdades Integradas Teresa D'Ávila - FATEA.

2 Pós-Doutor em Engenharia Mecânica pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP. Coordenador do Curso Superior de Tecnologia em Gestão da Produção Industrial da Faculdade de Tecnologia do Estado de São Paulo - FATEC.



1. INFORMALIDADE: UM BREVE PRÉÂMBULO

O processo acelerado de industrialização contemporânea tem contribuído para a expansão das cidades, desencadeando um fluxo migratório impulsionado pelas oportunidades de empregos e ascensão social. Porém, neste processo, nem todos os trabalhadores são absorvidos pelo mercado formal, inserindo trabalhadores e empresas na economia informal. Este é um de muitos caminhos que conduzem à economia informal, como cooperativas, associações e profissionais liberais. Segundo a OIT (2006),

a economia informal absorve os trabalhadores que de outra forma não teriam trabalho nem rendimentos, particularmente nos países em desenvolvimento caracterizados por uma mão-de-obra numerosa e em rápida expansão como, por exemplo, os países onde os trabalhadores foram despedidos no seguimento da aplicação de programas de ajuste estrutural.

O autor Feige (1994) define a economia informal como “toda atividade que contribui para o cálculo oficial ou observado do Produto Interno Bruto, mas não são efetivamente registrados”. Estes empreendimentos vêm ganhando espaço na economia “pois, paradoxalmente, a globalização permite a criação de novos mercados para produtos essencialmente regionais, como os artesanais ou derivados de recursos da Floresta Amazônica, por exemplo”. (DAGNINO, 2004) Instituições como o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE tem estimulado massivamente a criação e apoio a estes tipos de empreendimentos informais, oferecendo serviços de incubação a empresas recém instituídas, cooperativas e associações. As discussões de desenvolvimento econômico perpassam também pelo viés destes empreendimentos sociais, pois oferecem sustento a muitas famílias que, por sua vez, movimentam a economia local.

Porém, neste campo da economia, muitas vezes os trabalhadores se distanciam não só das formas de proteção legal oferecidas pela economia formal. Em alguns casos, há a precarização do trabalho, e que neste contexto também pode ser caracterizada pela “ausência de garantias trabalhistas, como estabilidade, férias e outras conquistas dos trabalhadores”. (PELEGRINO, 2006) Objetiva-se neste ensaio a discussão acerca de alternativas que mitiguem o trabalho e operações precarizadas de Cooperativas, Associações e demais profissionais inseridos no mercado informal pelo viés das Tecnologias Sociais e ações por parte da iniciativa pública e privada.

Um dos motivos que levam essas unidades econômicas a operarem na economia informal de forma precarizada são as várias barreiras impostas pelo mercado ou Estado, dentre elas, a falta de acesso à informação sobre o mercado, os serviços públicos, a segurança, a tecnologia e a formação excluem-nas dos benefícios da formalização (OIT, 2006). Diante deste cenário, o acesso à inovação e a tecnologia (largamente difundida no mercado atual), torna-se pouco acessível.

As inovações e as tecnologias sociais emergem como uma alternativa para a inserção destes profissionais ligados a associações e cooperativas na lógica do mercado

formal, propiciando maior rentabilidade e lucro, oferecendo a possibilidade de tirá-los da precarização e ilegalidade. Desta forma, como as Tecnologias Sociais influenciam no na mitigação da precarização na Economia Informal?

A informalidade acontece em múltiplos lugares e não-lugares (calçadas, terminais de ônibus e metrô, galerias, ruas de comércio especializado e até mesmo espaços digitais), em diferentes contextos (sazonais ou não) e por várias mãos (desempregados, complementação de renda, entre outros). No nosso dia-a-dia, de alguma forma, temos contato com o mercado e a economia informal, seja participando dela diretamente ou indiretamente, adquirindo produtos e serviços. A discussão desse tema se faz necessária tendo em vista a influência direta que esse tipo de mercado tem nos espaços e nas interações sociais de forma local e global, micro e macro.

Nesta rede muitas vezes estão presentes questões ligadas a ilegalismos (termo foucaultiano) e o ilícito. De forma prática, citamos a não emissão de notas fiscais, meios escusos de aquisição de mercadorias ou matéria-prima, contornamentos em importações e exportações e contrabando, mas este enfoque será dado em discussões futuras.

2. LIBERDADE E SUAS RELAÇÕES COM O DESENVOLVIMENTO

O autor Amartya Sen no livro “Desenvolvimento como Liberdade” (2010) argumenta que a persistência da pobreza e de muitos problemas como fome, violação de liberdades políticas e, no caso deste ensaio, liberdades formais básicas e privação do acesso ao mercado formal, tem de ser superados. Neste Portanto, Sen considera que os agentes possuem importante papel no combate a estes problemas, dependendo do reconhecimento simultâneo da centralidade da liberdade individual e da força das influências sociais sobre o grau e o alcance das liberdades. A expansão destas é vista por ele como o meio e o fim do desenvolvimento, e a superação destes problemas como o cerne do processo (SEN, 2010, p. 9-10).

As oportunidades sociais representam neste contexto um caminho para a supressão das formas de exclusão social, como dificuldades ao acesso da educação, com a consequente defasagem de qualificação e desemprego. Amartya coloca essas oportunidades sociais como um tipo de liberdade instrumental, e cita que essas “são as disposições que a sociedade estabelece nas áreas de educação, saúde, etc., as quais influenciam a liberdade substantiva de o indivíduo viver melhor.” (SEN, 2010, p. 59) Essas facilidades influenciam não só na qualidade de vida do indivíduo, mas também na participação mais efetiva em atividades econômicas. Aproximando para o enfoque aqui proposto, as oportunidades sociais colocadas por Sen podem ser materializadas nas diferentes formas do comércio informal, possibilitando ao indivíduo novas possibilidades de geração de renda.

Aplicando as premissas do Amartya no caso da economia informal e sua precarização, medidas como inclusão social, políticas de desenvolvimento integrador da sociedade que influencie positivamente na transformação das bases produtivas, propiciando a modernização e a competitividade da economia, construção de burocracias eficientes e mais acessíveis seriam fundamentais para a melhoria das condições de trabalho e aprimoramento de suas atividades.



O comércio informal possui grande participação no PIB do país. Segundo o PNUD (2013), existem cerca de 10,3 milhões de empreendimentos informais e, de acordo com a Fundação Getúlio Vargas, a economia informal representa, aproximadamente, 17% do PIB Brasileiro, “com milhões de pessoas sem acesso a produtos e serviços adequados que trariam mais capacidade de reação e segurança para encarar crises financeiras pessoais e de mercado”.

3. DESENVOLVIMENTO E ECONOMIA INFORMAL

Giovanni Arrighi (1997) propõe uma reconceituação da estrutura dos países em função da economia e sociedade. Ele coloca as dicotomias entre os núcleos orgânicos, semiperiféricos e periféricos, e a incessante busca e idealização pelo núcleo orgânico. Segundo ele, essa dicotomia é designada “pela distribuição desigual de recompensas entre as diversas atividades que constituem a divisão do trabalho” (ARRIGHI, 1997, p. 145) Desta forma, a distribuição desigual influi diretamente na exclusão social e das garantias oferecidas pelo mercado formal, trazendo à luz a associação com a discussão colocada neste ensaio.

Ele define que “uma atividade pode se tornar, em um dado momento no tempo, típica do núcleo orgânico ou típica da periferia, mas cada uma tem aquela característica por um período limitado” (ARRIGHI, 1997, p. 147). E também há sempre determinados produtos e técnicas que são típicos ou do núcleo orgânico, ou da periferia. Isso deriva de que, no capitalismo, as inovações orientadas para o lucro possuem papel determinante no “estabelecimento, alargamento, aprofundamento e reestruturação de cadeias de mercadorias.” (ARRIGHI, 1997, p. 148)

Arrighi define que:

de modo amplo, as inovações incluem a introdução de novos métodos de produção, novas mercadorias, novas fontes de suprimento, novas rotas de comércio e mercados e novas formas de organização (ARRIGHI, 1997, p. 148).

Um dos meios que influenciam no processo de competição, concorrência e visibilidade no mercado são as inovações. Arrighi (1997, p. 19) cita que:

o capitalismo tende a gerar inovações que rompem qualquer ordem costumeira que tenha sido, ou esteja sendo, estabelecida em um momento dado. Essa tendência aumenta as pressões competitivas que, por sua vez, suscitam novas ordens costumeiras.

As empresas que dispõe de tecnologias e meios para adquiri-las e implementá-las suprimem o espaço dos empreendimentos, cooperativas e associações inseridos na economia informal e/ou precarizada. Neste contexto, os envolvidos nessa forma alternativa de obtenção de renda dificilmente terão acesso a estas inovações orientadas para o lucro.

Em conexão com Sen, o acesso a estas inovações quando se está inserido na eco-

nomia informal compõe a liberdade do mecanismo de mercado. Sen (2010, p. 151) fundamenta que “o argumento mais imediato em favor da liberdade de transações de mercado baseia-se na importância fundamental da própria liberdade”. Ele prossegue dizendo que temos boas razões para buscar um tipo de vida que possa prosperar com base nas transações. Desta forma, o acesso às inovações que influenciam nos lucros deve (ou pelo menos deveriam) ser acessíveis a todos.

Em alusão à Arrighi, o mercado informal pode ser comparado à zona periférica e/ou semiperiférica da economia, enquanto o mercado formal encontra-se no núcleo orgânico. Assim como Arrighi afirma, não há a possibilidade de transição da informalidade para a formalidade.

Algumas medidas de financiamento para pequenas e médias empresas e, sobretudo, para a economia informal têm sido fomentadas pela iniciativa pública e privada no Brasil. Iniciativas como a parceria entre o Business Call do Action (BCtA), uma plataforma global de negócios inclusivos apoiada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e um banco pertencente a iniciativa privada visa conceder a aproximadamente cem mil empreendedores acesso a R\$330 milhões em empréstimos. (PNUD, 2013)

O CEPAL (2003) ressalta que iniciativas como essa ainda são escassas, pois as instituições oficiais enfrentam algumas barreiras de ordem organizacional, política e cultural, e que “a despeito da intenção e do esforço dos Bancos Públicos em canalizar esses recursos para as micro e pequenas empresas, o segmento de mais baixa renda, sobretudo informal, dificilmente tem acesso a esses financiamentos”. Com o acesso a financiamentos como estes exemplificados anteriormente, a via para a formalização do negócio ou empreendimento e aquisição de tecnologias torna-se viável. Detendo essas tecnologias, o negócio pode se tornar mais competitivo no mercado, possibilitando maior retorno financeiro e lucratividade, distanciando-se da precarização.

4. TECNOLOGIAS SOCIAIS: ALTERNATIVA E AUTONOMIA

As Tecnologias Sociais emergem como uma importante via ao desenvolvimento na economia informal, representando uma alternativa para a inclusão social e melhoria na qualidade de vida, com baixo custo e efetividade. Em geral, “têm dimensão local, aplicam-se a pessoas, famílias, cooperativas, associações”. (DAGNINO, 2004) As Tecnologias Sociais aparecem no referido contexto enquanto uma via de ruptura para o ciclo de exclusão de associações e cooperativas precarizadas da economia convencional. As Tecnologias Sociais podem ser definidas enquanto produtos, técnicas ou metodologias replicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que representem efetivas soluções de transformação social (DAGNINO, 2008).

Segundo Dagnino (2008) objetiva-se a geração de uma nova dinâmica, que proporcione a construção social de um conhecimento voltado às necessidades e aos interesses dos atores inseridos na economia informal. Por essa via, poderão ter acesso aos instrumentos necessários para que adquiram autonomia jurídico – legal, econômica, política e sustentável. Neste trecho, o conceito entrelaça-se com Sen (2000) quanto ao



acesso às liberdades formais básicas, apresentando uma alternativa à privação de meios que viabilizem o desenvolvimento dos empreendimentos informais.

As TS podem representar um meio para o desenvolvimento de empreendimentos inseridos nessa realidade, que por sua vez, influenciam diretamente no mercado local, regional e social, atendendo a dimensão humana do desenvolvimento e aos interesses coletivos (DAGNINO, 2008). Para um país situado na semi periferia como o Brasil (ARRIGHI, 1997), atender à dimensão humana da economia informal, que representa 17% do PIB, é essencial ao processo de desenvolvimento não somente na economia, mas social; visto que este tipo de economia oferece renda a famílias muitas vezes atingida pelo desemprego, exclusão do mercado formal, entre outros.

O desenho das TS são únicos para cada empreendimento ou grupo por conta das particularidades que cada um possui, demandas específicas e contextos socioeconômicos diferentes. Após sua aplicação, há a possibilidade da aquisição de autonomia, podendo esta ser adaptada e replicada em outros contextos. O desenvolvimento não está centrado (muito menos é) no crescimento econômico, índices e PIB. O desenvolvimento está ligado ao acesso à educação, saúde, segurança, habitação e, concomitantemente, ao acesso ao mercado. Com a participação no mercado formal e/ou informal, o trabalhador obtém renda para proporcionar qualidade de vida para si e sua família.

REFERÊNCIAS

- ARRIGHI, Giovanni. A ilusão do desenvolvimento. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- CEPAL. O mercado financeiro e a população de baixa renda. Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. Disponível em: <<http://www.eclac.org/publicaciones/xml/9/11869/r136silvanaparenteomercadofinanc.pdf>> Acesso em: 16 jun. 2013
- DAGNINO, R. Neutralidade da ciência e determinismo tecnológico. Campinas, Editora da Unicamp, 2008.
- DAGNINO (Org.) Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento. Fundação Banco do Brasil – Rio de Janeiro: 2004.
- FEIGE, E. L. How big is the irregular economy? Challenge, The Magazine of Economic Affairs, 1994.
- OIT. A OIT e a economia informal. O trabalho digno e a economia informal, 2006. Disponível em: <http://www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/pdf/economia_informal.pdf> Acesso em: 10 jun. 2013.
- PELEGRINO, Ana Izabel de Carvalho. Trabalho informal: a questão das mulheres das favelas de Praia da Rosa e Sapucaia. In: GOMES, Maria de Fátima Cabral Marques (org.). Cidade, transformações no mundo do trabalho e políticas públicas: a questão do comércio ambulante em tempos de globalização. Rio de Janeiro: Faperj; DP&A, 2006.
- PNUD. Itaú aumentará crédito disponível para empreendedores de baixa renda. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/Noticia.aspx?id=3698>> Acesso em: 14 jun. 2013.
- SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.